

RECURSO ESPECIAL Nº 1.614.453 - SP (2016/0185634-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : MARIA APARECIDA VIANA
RECORRENTE : JOAO PAULO VIANA BEZERRA
ADVOGADO : CLÁUDIA VENÂNCIO E OUTRO(S) - SP165796
RECORRIDO : ANDERSON SANTOS BEZERRA
RECORRIDO : ALEX ARRAIS BEZERRA
RECORRIDO : ALINE PRISCILA SANTOS BEZERRA
RECORRIDO : AMANDA PAMELA ARRAIS BEZERRA
ADVOGADOS : VALDEMIR JOSÉ HENRIQUE E OUTRO(S) - SP071237
LUIZ ANTÔNIO ALVES PRADO - SP101198
RECORRIDO : ADRIANA CRISTINA SANTOS BEZERRA
ADVOGADOS : RUBENS LEAL SANTOS E OUTRO(S) - SP100628
CESAR AUGUSTO TOSELLI - SP343257

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXORBITANTES. REDUÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 535 do CPC/73 quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*" (Súmula 211/STJ).

3. A jurisprudência desta Corte, quando manifestamente evidenciado que o arbitramento da verba honorária fez-se de modo irrisório ou exorbitante, tem entendido tratar-se de questão de direito, e não fática, repelindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

4. No caso, a condenação em honorários advocatícios em 15% sobre o valor da causa importará em quantia superior a 76 mil reais - acrescido de atualização monetária -, patamar este considerado exorbitante levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto, como a natureza da causa (ação de cobrança na qual não houve condenação e comportou, inclusive, o julgamento antecipado da lide, preconizando a sentença tratar-se "de questão já colocada à análise judicial em outra ação"), o trabalho realizado pelos advogados e o nível de complexidade envolvido.

5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por MARIA APARECIDA VIANA e outro, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

CONDOMÍNIO - COBRANÇA - Débitos trabalhistas do finado - Ausência de ato dos réus que pudesse causar o prejuízo dos autores - Questão dos aluguéis já em debate em outro feito - Ação bem julgada improcedente - Sentença mantida - Recurso desprovido (fl. 668).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 20, § 4º, e 535 do CPC/73; 884 do Código Civil.

Sustenta, em síntese: (a) a nulidade do acórdão recorrido, pois, não obstante a oposição de embargos de declaração, os vícios apontados não foram sanados; (b) a exorbitância dos honorários de sucumbência; (c) o enriquecimento ilícito por parte dos recorridos.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 729-751.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 782-783).

Este processo foi distribuído por prevenção no tocante ao AREsp 893.622/SP.

É o relatório. Decido.

2. O acórdão recorrido objeto de recurso especial foi publicado antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso especial sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Plenário do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp 849.405/MG, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 5/4/2016, DJe de 11/4/2016).

3. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 535 do CPC/73 quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

4. Constata-se a falta de prequestionamento no tocante à indicada afronta ao art. 884 do Código Civil, que não foi sequer suscitado nos embargos de declaração opostos na origem. Aplica-se, à espécie, a Súmula 211/STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo

Tribunal *a quo*".

5. A jurisprudência desta Corte, quando manifestamente evidenciado que o arbitramento da verba honorária fez-se de modo irrisório ou exorbitante, tem entendido tratar-se de questão de direito, e não fática, repelindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

No caso, a condenação em honorários advocatícios em 15% sobre o valor da causa importará em quantia superior a setenta e seis mil reais - acrescido de atualização monetária -, patamar este considerado exorbitante levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto, como a natureza da causa (ação de cobrança na qual não houve condenação e comportou, inclusive, o julgamento antecipado da lide, preconizando a sentença tratar-se "de questão já colocada à análise judicial em outra ação"), o trabalho realizado pelos advogados e o nível de complexidade envolvido. Nessa linha:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ NÃO APLICÁVEL NA HIPÓTESE DE EXORBITÂNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. **A jurisprudência desta Corte, excepcionalmente quando manifestamente evidenciado que o arbitramento da verba honorária fez-se de modo irrisório ou exorbitante, tem entendido tratar-se de questão de direito, e não fática, repelindo a aplicação da Súmula 07/STJ.**

2. *In casu*, consoante se infere das razões do recurso especial, a condenação em honorários importará na quantia aproximada de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), valor este considerado exorbitante levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto, como a natureza da causa (ação movida para sustar protestos de dívida inexequível, na qual não houve condenação), o trabalho realizado pelos advogados e o nível de complexidade da causa.

3. **Forçoso concluir que a razoabilidade, aliada aos princípios da equidade e proporcionalidade, deve pautar o arbitramento dos honorários.** Assim razoável a fixação de verba honorária no patamar de 1% sobre o valor atualizado da causa.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1140294/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018).

.....
.....

AGRAVOS REGIMENTAIS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO IMPROCEDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. **A revisão do *quantum* fixado a título de honorários advocatícios, em recurso especial, é admitida em situações excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da**

importância arbitrada, afastando-se o óbice da Súmula 7/STJ.

2. No caso, a quantia de R\$ 500,00 fixada pelo acórdão recorrido mostrou-se irrisória, diante dos valores envolvidos. Por outro lado, o valor de R\$ 75.000,00 pretendido pelo vencedor, revela-se exagerado. Mantida, portanto, a decisão agravada que elevou a verba para R\$ 5.000,00.

3. Cumpre, por fim, consignar que "o julgador, na fixação dos honorários advocatícios com base na equidade (artigo 20, § 4º, do CPC), não está atrelado a nenhum percentual ou quantia certa, podendo valer-se de percentuais tanto sobre o valor da causa quanto sobre o da condenação, bem como fixar os honorários em montante determinado" (REsp 1484162/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 13/03/2015).

4. Agravos regimentais a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 757.149/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 17/12/2015).

Forçoso concluir que a razoabilidade, aliada aos princípios da equidade e proporcionalidade, deve pautar o arbitramento dos honorários. Assim razoável a fixação de verba honorária em 1% sobre o valor atualizado da causa.

6. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, dou-lhe provimento, apenas a fim de reduzir os honorários de sucumbência para 1% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator